

Caso Santoro revela conspiração para atingir o governo do PT

Deu na imprensa

Senador tucano no Conselho de Ética

(Valor Econômico — 1º/4/2004)

O jornal afirma que o senador Maguito Vilella (PMDB-GO) questionou a veracidade das declarações do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ao denunciar o caso Waldomiro Diniz. O tucano disse que tinha recebido de forma anônima a fita de vídeo que incrimina Waldomiro e que a tinha encaminhado ao Ministério Público. “Um senador não pode vir à tribuna e afirmar coisas que não correspondem ao que aconteceu”, afirmou Maguito, que fez um pedido de esclarecimentos ao senador por meio do Conselho de Ética do Senado. Caso fique comprovado que Paes de Barros não disse a verdade, incorrerá em quebra do decoro e poderá ter o mandato cassado.

As ligações de Mino Pedrosa

(Coluna de Merval Pereira em O Globo — 1º/4/2004)

O colunista cita indícios de um dedo tucano na operação para desestabilizar o governo do PT, como o fato de Santoro ter trabalhado no Ministério Saúde na gestão de José Serra e a confirmação do envolvimento no episódio do jornalista Mino Pedrosa, que trabalhou na campanha de Serra.

Controle do MP contra desvio político

(Coluna de Teresa Cruvinel em O Globo — 2/4/2004)

A colunista afirma que as falas gravadas do procurador Santoro deevm ampliar apoios às duas medidas — tanto ao controle externo como à Lei da Mordada. “Em sã consciência, ninguém pode negar que alguns procuradores têm se desviado para a margem política. E isso não é de hoje”, afirmou Teresa Cruvinel.

Serra mente em nota

O presidente nacional do PSDB, José Serra, mentiu ao afirmar, em nota, que o procurador José Roberto Santoro nunca teria sido seu subordinado no Ministério da Saúde.

A nota do tucano diz ainda que Santoro teria sido indicado por Geraldo Brindeiro para integrar um grupo para apurar reclamações e fraudes apontadas pelos usuários do SUS.

Serra omitiu o fato de que, em 1999, Santoro havia sido designado por ele mesmo, à época ministro da Saúde, a integrar uma equipe para desenvolver um projeto de implantação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos para Saúde (SIOPS), conforme portaria publicada no DOU de 3 de maio de 1999.

ENTENDA O CASO

OS PERSONAGENS



Carlos Cachoeira
É o autor da gravação em que negocia propina com Waldomiro Diniz, então presidente da Loterj, a fita que originou o escândalo que fez o ex-assessor de José Dirceu deixar o cargo no Planalto. Ele diz ter feito uma cópia da fita e ter entregue ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)



José Roberto Santoro
Subprocurador da República flagrado tentando obter com Cachoeira, na calada da noite, o vídeo que denuncia Waldomiro. Em trechos do diálogo entre eles, revelado pelo Jornal Nacional, Santoro expressa seu empenho para “ferrar o chefe da Casa Civil, José Dirceu” e “derrotar o governo do PT”. O subprocurador foi contratado em duas ocasiões (1999 e 2000) pelo então ministro José Serra, para desenvolver trabalhos no Ministério da Saúde



Marcelo Serra Azul
Procurador da República que participou do encontro entre Santoro e Cachoeira. Foi ele quem roubou o registro de entradas e saídas de visitantes, com a intenção de provar que Waldomiro e Cachoeira teriam estado juntos na CEF. Um dia antes da divulgação do caso Santoro, Serra Azul denunciou Cachoeira e outros dirigentes da Caixa por interferência na prorrogação do contato com a Gtech. Mas, na denúncia, Serra

Azul recomendou o perdão da pena a Cachoeira



Antero Paes de Barros
Senador tucano (MT) que diz ter recebido anonimamente o vídeo com a gravação da conversa entre Waldomiro e Cachoeira e teria entregue ao Ministério Público. Foi o autor da proposta de abertura de CPI sobre o caso Waldomiro.



Mino Pedrosa
Jornalista contratado para assessorar Cachoeira, teria auxiliado o bicheiro na gravação do vídeo de Waldomiro. A fita teria ficado em seu poder durante algum tempo. Mino trabalhou nas campanhas de Fernando Henrique Cardoso e José Serra à Presidência.

Jácomo Santoro

Delegado da Polícia Federal que participou do encontro entre Santoro e Cachoeira. Após a divulgação da fita, passou a ser alvo de uma sindicância para apurar sua conduta.

VEJA TRECHOS DA CONVERSA

Santoro tenta convencer Cachoeira a entregar a fita do caso Waldomiro. Santoro tenta convencer Cachoeira a entregar a fita do caso Waldomiro. **Santoro: Faz o seguinte: entrega a fita, não depõe, diz que vai depor mais tarde pra ver o que aconteceu,** porque aí você acautela que você colaborou com a Justiça, entregou a fita, acautelou prova lícita...então...e aí vem o cafofo.” Santoro expressa temor em ser flagrado pelo procurador-geral Cláudio Fonteles

Santoro expressa temor em ser flagrado pelo procurador-geral Cláudio Fonteles

Santoro: “Daqui a pouco o procurador-geral vai dizer assim: ‘Porra, você tá perseguindo o governo que me nomeou procurador-geral, Santoro, que sacanagem é essa? **Você tá querendo ferrar o assessor do Zé Dirceu, o que que você tem a ver com isso?**’ Ai eu vou dizer: ‘Não, eu não tenho nada...tô ajudando...’ ‘Porra, ajudando como, você é um subprocurador-geral, você não tem que ficar na madrugada na Procuradoria tomando depoimento dos outros!’”

Cachoeira: “É claro.”

Santoro: “Ele vai chegar aqui e vai dizer: **O sacana do Santoro resolveu acabar com o governo do PT,** e pra isso arrumou um jornalista [referência a Mino Pedrosa], juntaram-se com um bicheiro [Carlos Cachoeira] e resolveram na calada da noite tomar depoimento. Não foi nem durante o dia, foi às três da manhã.”

[...] Santoro — “Daqui a pouco o procurador-geral chega, que ele chega às seis horas da manhã. Ele vai ver o carro, ele vai vir aqui e vai **me ver tomando um depoimento pra, desculpe a expressão, pra ferrar o chefe da Casa Civil da Presidência da República, o homem mais poderoso do governo, ou seja, pra derrubar o governo Lula.**”

[...] Santoro — “Ó, estourou o meu limite, daqui a pouco o Cláudio [Fonteles] chega, vai ver seu carro na garagem, vai ver o que tem 9... e **vai ver um subprocurador-geral empenhado em derrubar o governo do PT (...)**”

DENÚNCIA ENVOLVE SUBPROCURADOR, PROCURADOR, SENADOR TUCANO, DELEGADO DA PF E JORNALISTA

O escândalo do caso Santoro, divulgado no dia 30 de março pelo “Jornal Nacional”, da Rede Globo, comprova a intenção de setores da oposição e setores do Ministério Público de tentarem derrubar o governo do PT. O caso envolve um procurador, um subprocurador, um delegado da Polícia Federal, um jornalista e um senador tucano.

A reportagem mostrou uma fita que registra a conversa em que o subprocurador da República José Roberto Santoro insiste para que o empresário do jogo do bicho Carlos Cachoeira lhe entregue o vídeo com denúncias contra o ex-assessor Waldomiro Diniz, dias antes da divulgação do caso Waldomiro pela revista “Época”. No diálogo com Cachoeira, Santoro deixa claro sua intenção de “ferrar o governo e o ministro da Casa Civil, José Dirceu”.

“A fita fala por si só”, disse o presidente nacional do PT, José Genoino, para quem as novas informações não aliviam o crime de Waldomiro Diniz, mas apontam para uma conspiração que tem o interesse em desestabilizar o governo, o PT e o ministro da Casa Civil, José Dirceu. “Eu me baseio no princípio de que os fins não justificam os meios.”

O líder do PT na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (SP), também afirma que a divulgação de trechos da conversa entre Santoro e Cachoeira reforça a suspeita de que tentaram usar o episódio Waldomiro para desestabilizar o governo Lula. “Acredito que estamos assistindo à ruína, aos estertores do esteio de uma grande calúnia, de uma armação contra um homem honrado e que tem história, como é o ministro José Dirceu.”

Invasão

Do encontro entre Santoro e Cachoeira, que teria sido na madrugada do dia 8 de março, participaram também o delegado da Polícia Federal Jácomo Santoro e o procurador Marcelo Serra Azul — o mesmo que invadiu a Caixa Econômica Federal para retirar de lá, sem mandado de busca e apreensão, o disquete com o registro das entradas e saídas de visitantes, com a intenção de provar que Waldomiro e Cachoeira teriam estado juntos na CEF. Um dia antes da divulgação do caso Santoro, Serra Azul havia denunciado Cachoeira e outros dirigentes da Caixa por interferência na prorrogação do contato com a Gtech. Mas, na denúncia, o procurador recomendou o perdão da pena a Cachoeira, alegando que o bicheiro teria colaborado com as investigações.

“Essa história está cheia de pontos obscuros e de ligações inexplicáveis que preci-

sam ser esclarecidas”, ressaltou Genoino.

Uma das várias questões que precisam ser explicadas é a atuação do jornalista Mino Pedrosa, assessor de imprensa de Cachoeira. Segundo um dos trechos da conversa entre Santoro e Cachoeira, o subprocurador afirma que o jornalista estava preocupado com a possibilidade de o escândalo “estourar” em sua mão, já que ele teria guardado a fita de Waldomiro por algum tempo. Pedrosa participou das campanhas de Fernando Henrique Cardoso e de José Serra à Presidência.

Também está para ser esclarecido o envolvimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) no caso. O tucano diz ter recebido a fita de forma anônima — afirmação cuja veracidade é questionada — e a enviado ao Ministério Público. “Por que Santoro queria tanto esta fita, se Antero já a havia encaminhado ao Ministério Público em janeiro?”, indaga o líder do PT no Senado, Ideli Salvatti.

Na tribuna do Senado, Ideli leu trechos de um discurso feito pelo atual presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), em 21 de março de 2002, em que ele recorre a reportagens da época que mostravam a relação de Santoro com Serra. O procurador teria coordenado informalmente o pedido de busca e apreensão de documentos na empresa Lunus, que culminou com um escândalo que tirou Roseana Sarney da disputa à Presidência em 2002.

“Esse discurso de Sarney traz elementos históricos fundamentais para entendermos o que vimos na TV”, afirmou Ideli, referindo-se à conversa entre Santoro e Cachoeira.

Política do MP

Em outro dos trechos da conversa, Santoro mostra-se preocupado com a possibilidade de serem flagrados pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. Em certo momento, Santoro diz: “Daqui a pouco o procurador-geral vai chegar e dizer assim: ‘P, você tá perseguindo o governo que me nomeou procurador-geral, Santoro, que sacanagem é essa? Você tá querendo ferrar o assessor do Zé Dirceu, o que você tem a ver com isso?’”

O caso acendeu uma polêmica sobre a perigosa politização do Ministério Público e a necessidade de um controle externo da instituição, conforme já previsto na reforma do Judiciário. Para o ministro Márcio Thomaz Bastos, “os abusos servem para nos mostrar uma correção de rota”. Segundo ele, o controle externo do MP é “uma velha aspiração do PT e da OAB”.



Subprocurador é investigado e perde poder

O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, considerou “flagrantemente ilegal” o comportamento do subprocurador José Roberto Santoro na investigação do escândalo envolvendo o ex-assessor do Planalto Waldomiro Diniz e o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Ele pediu à Corregedoria do Ministério Público Federal a abertura de procedimento administrativo-disciplinar para investigar Santoro e os procuradores Marcelo Serra Azul e Mário Lúcio Avelar por suspeita de improbidade ad-

ministrativa.

Fonteles também requisitou a apuração por violação do princípio do promotor natural. O foro específico para se investigar o caso seria a primeira instância do Judiciário fluminense, devido a suspeitas de cobrança de propina quando Waldomiro presidia a Loterj. Santoro atua no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, portanto, não deveria ter tomado o depoimento de Cachoeira. Serra Azul e Avelar não poderiam ter participado das investigações porque atuam em Brasília. Se condenados pelo

colegiado, poderão sofrer penas que vão da advertência à demissão.

Fonteles também determinou o afastamento de Santoro da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Com esta decisão, o subprocurador terá que abrir mão de atuar em 30 ações penais e inquéritos. Fonteles alega que perdeu a confiança em Santoro. “Ele não pode agir mais em meu nome. Se ele foi infiel como, como é que vou mantê-lo na Corte Especial?”, questiona.

SEGURANÇA URBANA

Município deve apontar prioridade, diz Mariano

Os municípios brasileiros têm mais condições de apontar as prioridades e de gerar as informações necessárias para que a busca da diminuição dos índices de violência seja mais eficaz. Quem afirma é o secretário municipal de Segurança Urbana da Prefeitura de São Paulo, Benedito Domingos Mariano.

O secretário, que foi ouvidor da Polícia Militar do Estado de São Paulo (1997-2001), diz também que os futuros prefeitos devem pensar em termos de políticas para que a polícia seja mais preventiva que efetiva.

“Estou convencido de que o atual modelo está esgotado, e que a polícia moderna é 80% de trabalho preventivo e 20% de atuação efetiva”, afirmou Mariano em entrevista ao jornal PT Notícias.

O que os futuros prefeitos devem ter em mente no que diz respeito ao trabalho da polícia municipal?

Os municípios brasileiros têm mais condições de gerar as informações necessárias para que a busca da diminuição dos índices de violência seja mais eficaz. Logo, os futuros prefeitos devem pensar em termos de políticas para que a polícia seja mais preventiva que efetiva. Para mim, o modelo vigente, cuja base está na atuação efetiva da polícia no combate ao crime, é um modelo esgotado, e os prefeitos que forem eleitos este ano não podem querer copiar. Estou convencido de que polícia moderna é 80% de trabalho preventivo e 20% de atuação efetiva.

Como o senhor avalia a importância de uma política pública de segurança para os municípios?

São os municípios que têm condições de apontar as prioridades até mesmo para pausar, em alguns momentos, o trabalho da polícia estadual. Os municípios estão mais aptos a fornecer dados sobre violência até porque estão mais próximos do problema. Já, há algum tempo, prefeitos e prefeitas vêm sendo cobrados pela sociedade por causa do aumento da violência. Logo, é importante que interfiram no debate. Creio que o Sistema Único de Segurança, que vem sendo discutido pelo governo Lula, só vai efetivamente ter resultado caso sejam incorporados os municípios.

De que forma deve ser a atuação das prefeituras?

As prefeituras têm condições de atuar em duas esfe-



O secretário de Segurança Urbana Benedito Mariano

ras para reduzir os índices de violência nos municípios: na prevenção primária, que envolve o investimento em saúde, educação, habitação e esporte; e na ação preventiva e comunitária. No entanto, o fundamental são investimentos em programas sociais, que são naturalmente redutores dos índices de violência. Na prática, todos os municípios que tem um corpo de Guardas Civis Metropolitanas (GCMs) fazem policiamento preventivo. Para produzir resultados efetivos no combate à violência, a Prefeitura de São Paulo, por exemplo, trabalha apoiada no que chamo de um tripé de ação com o intuito de conhecer e aproximar-se das necessidades da comunidade. Prefeitura, subprefeitura e comunidade formam este tripé de segurança urbana, pois não existe trabalho preventivo de polícia sem interação com a comunidade.

Como é o trabalho das GCMs? Os policiais não estão voltados apenas à defesa do patrimônio público do município?

Na prática, o trabalho das GCMs não está voltado somente à defesa do patrimônio público, mas à defesa das pessoas que utilizam o espaço público. Cito, como exemplo, a escola municipal. Em São Paulo, há 1.300 escolas municipais, e a GCM prioriza, também, o trabalho preventivo em parques, trabalho no trânsito, além de mediações de conflito, como por exemplo, a situação dos ambulantes no centro da capital. Contudo, a atuação das guardas civis metro-

politanas (GCMs) passou e passa por algumas dificuldades.

Quais?

A principal delas é a falta de um órgão gestor que produza uma política voltada para dar suporte ao trabalho das GCMs. Gradativamente, essa ausência gerou um sucateamento do órgão com uma concomitante desmotivação do efetivo.

E como solucionar o problema?

Algumas prefeituras que possuem GCMs, avaliando as dificuldades, criaram suas respectivas secretarias de segurança urbana. Para ordenar as ações das GCMs, várias prefeituras petistas, entre elas, além de São Paulo, Mauá, Diadema, Santo André, Ribeirão Preto e Campinas criaram órgãos de gestão das políticas para as GCMs. Desde que a GCM de São Paulo foi instituída, em 1986, buscaram-se mudanças para reformular a estrutura a fim de que seja possível efetivamente produzir os resultados necessários para que o trabalho preventivo logre sucesso. Contudo, a reformulação deve partir para uma institucionalização, cuja falta é um problema fundamental. A Prefeitura de São Paulo fez essa reformulação.

De que forma foi feita?

A reestruturação realizada pela Prefeitura de São Paulo gerou para os policiais um plano de carreira; código de conduta; corregedoria, disciplina; além de seguro de vida especial e um centro de for-

mação em segurança urbana. Para tanto, de 2002 até hoje, investiu-se R\$ 20 milhões na GCM paulista. Antes de 2002, havia cerca de 70 viaturas de grande porte, inadequadas para o trabalho, em São Paulo, que estavam sucateadas. Hoje, a GCM possui 250 viaturas de pequeno porte, mais apropriadas para o policiamento preventivo; 200 motos e 400 bicicletas. Com a reestruturação, foi possível obter um trabalho preventivo na capital. Como exemplo, posso destacar as ações realizadas no Centro de São Paulo. O trabalho preventivo que realizamos no Centro diminuiu em 50% o número de furtos, prova inequívoca de que o trabalho preventivo é fundamental.

Como é possível melhorar as condições de trabalho dos policiais?

Há hoje, no país, cerca de 400 GCMs. Como forma de melhorar o trabalho dessas polícias, creio que seja necessário formalizar um padrão de modo a universalizar a atuação dos policiais. Creio que o debate mais importante de hoje é que haja uma regra comum para todas as GCMs do país.

Uma questão que tem suscitado controvérsias é o debate a respeito da necessidade de o policial da GCM utilizar arma de fogo. Como o senhor avalia a questão?

Pela primeira vez no Brasil, a GCM terá, por meio de lei federal, o direito de portar arma, de acordo com o artigo 6º do Estatuto do Desarmamento. Conseguimos convencer os deputados da comissão que trabalharam na realização do estatuto a vincular o porte de arma para GCMs, porém articulado com fiscalização, controle e treinamento de tiro. Contudo, o porte de arma não pode vir separado de um projeto amplo de reestruturação do trabalho dos policiais. A tramitação do projeto de emenda constitucional (PEC) 534/02 busca estabelecer que as GCMs são polícias de direito, o que significa regulamentá-las por meio de uma lei federal, além de destacar suas atribuições. Até o momento, as GCMs são polícias de fato, não de direito porque sua atuação é regulamentada através de decreto, não de lei. O Conselho Nacional das Guardas apresentou ao presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), a minuta de projeto de lei sobre o trabalho de caráter preventivo das GCMs, além de plano de carreira e corregedoria.

OPINIÃO

O Ministério Público e a democracia

José Genoio

A instituição do Ministério Público representou uma conquista inestimável ao aperfeiçoamento da democracia brasileira. Reforçou também um aspecto fundamental do aparelhamento republicano do poder ao conferir ao poder Judiciário mais autonomia e mais capacidade de controle sobre os demais poderes. Mas uma compreensão correta do arcabouço institucional republicano implica concebê-lo como um sistema de poderes autônomos, complementares, contrapostos e mutuamente limitados por freios e contrapesos. Nessa concepção, os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – se controlam entre si e por decorrência da doutrina democrática, devem ter algum tipo de controle social. É a partir dessa compreensão teórica que deve ser entendido o debate atual acerca da necessidade de instituição de controles externos sobre o Judiciário e sobre o Ministério Público.

Algumas práticas levadas a efeito por membros do Ministério Público reforçam a percepção da necessidade de se erigir esses controles externos. Dentre essas práticas irregulares, destaca-se a atuação de alguns procuradores envolvendo o caso Waldomiro Diniz e a tentativa de obtenção da fita motivadora da denúncia junto ao empresário do jogo, Carlinhos Cachoeira.

Antes que paire qualquer tipo de dúvida ou de distorção deliberada de fatos e argumentos cabe reiterar que, para o PT, o caso Waldomiro Diniz é grave, precisa ser apurado até o fim e os rigores da lei precisam ser aplicados. Dito isto, cabe estabelecer uma petição de princípios: a investigação de uma ilegalidade não pode ser contra a lei.

O poder não pode usar quaisquer meios para atingir seus fins. Isto representa o reino do arbítrio, contraposto à democracia, que, por definição, expressa o império da lei. Até porque quando uma investigação não segue os princípios da lei ela será anulada pelo Judiciário, além de estimular a impunidade. O teor da conversa gravada entre o subprocurador José Roberto Santoro com Carlinhos Cachoeira representa exatamente esse rompimento do legal e uma deturpação das atribuições constitucionais do Ministério Público. Quando a legislação brasileira, corretamente, adotou uma prática consagrada pelo direito italiano de beneficiar o criminoso que colabora com a Justiça na investigação de crimes, o fez exatamente para elucidar atos criminosos.

O que a gravação da conversa do subprocurador da

República com o empresário do jogo revela, no entanto, é outra coisa. Na conversa, o foco não era a investigação das ações de Waldomiro Diniz na Loterj e suas supostas ligações com outros ilícitos. O foco da conversa consistia em como atingir o ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o governo federal. Todo o enfoque da conversa não era criminal, era político. O que o procurador visava não era investigar e esclarecer um crime, mas criar um processo político contra o governo e o ministro, cujo instrumento último e legalizador dessa urdidura seria a instalação de uma CPI no Senado.

O caráter conspiratório e clandestino da ação do subprocurador está inequivocamente testemunhado na própria conversa: feita na hora suspeita da madrugada, o subprocurador estava tomado de precauções para que o procurador geral da República não tomasse conhecimento do desenrolar dos fatos. Como pode ter pretensão de normalidade e de legalidade uma ação de um subprocurador que é feita à revelia da instituição e às escondidas de seus superiores hierárquicos? A operação envolvia também um delegado da Polícia Federal. Nem a instituição policial e nem seus superiores hierárquicos estavam informados dessa ação.

O caráter clandestino e não institucional de ações de setores do Ministério Público e da Polícia Federal revela o grave perigo a que o sistema democrático está exposto e que pode afetar a própria proteção dos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos. Ou seja, em nome de uma investigação, violam-se as garantias fundamentais dos cidadãos e armam-se conspirações de natureza política. Não apenas usam-se fins ilícitos e ilegais em nome de uma falsa legalidade, mas falsifica-se os próprios fins que justificaram a adoção do Ministério Público, instituição tão importante para o funcionamento adequado da democracia.

O que está em jogo nessa extrapolação de poderes não é o PT, o governo ou a crise. O que está em jogo é o funcionamento de um princípio da democracia. O que não pode mais continuar existindo é essa atuação paralela, não institucional membros do Ministério Público e da Polícia Federal. O Ministério Público não pode ser braço político, nem do governo e nem dos partidos. A regulamentação de funções e o controle público são remédios que precisam ser aplicados de forma urgente para impedir que amanhã práticas ilegais, como estas, não causem um prejuízo ainda maior à democracia.

* Presidente nacional do PT

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
CEP 04117-091 - São Paulo – SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Genoio	DIAGRAMAÇÃO Sandra Luiz Alves
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Sílvia Pereira (interino)	ILUSTRAÇÕES Vicente Mendonça
EDIÇÃO Priscila Lambert - MTb 31085 (interina)	SEDE Rua Silveira Martins, 132 São Paulo, SP CEP 01019-000 Tel.: (11) 3243-1313 Fax: (11) 3243-1349 E-mail: ptnot@pt.org.br
REDAÇÃO Claudio Cezar Xavier, Vladimir Braga e Walter Venturini	Página na internet: www.pt.org.br
ASSESSOR ADMINISTRATIVO Rodrigo Zamprogna	Tiragem: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Gráfica King
APOIO ADMINISTRATIVO Rafaela Soares	

ELEIÇÕES 2004

Orientação é buscar alianças

ELEIÇÃO É OPORTUNIDADE DE O PT CRESCER NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS E MANTER HEGEMONIA NOS GRANDES CENTROS

O Partido dos Trabalhadores já está trabalhando a todo vapor na organização da campanha eleitoral deste ano. A orientação é, segundo o secretário nacional de Organização do PT, Sílvio Pereira, buscar estratégias para vencer — seja com a cabeça de chapa, seja apoiando um candidato de outro partido. O PT, em cada município, deve fazer uma análise objetiva do quadro local e da conjuntura estadual e nacional. “Em determinados locais, será preciso ter humildade de reconhecer que o partido não tem chance de vitória e buscar alianças”, orienta Pereira. Nesses locais, os dirigentes devem buscar se aliar a um candidato de partido que integre a base de apoio ao governo federal.

“Não podemos deixar brechas para que nossos adversários se elejam”, acrescenta o dirigente, que coordena nacionalmente o Grupo de Trabalho Eleitoral do PT. Isso porque, de acordo com ele, o fortalecimento do partido no âmbito municipal facilitará a implementação de um conjunto de mudanças estruturais que levarão a um novo projeto de país. Ao conquistar o governo federal e ocupar o núcleo central do poder, o PT deu o principal passo nesse sentido. Mas é preciso avançar — o partido governa apenas 200 prefeituras de um total de 5.564 municípios. “Te-

mos uma força institucional muito aquém dos desafios colocados para nós, hoje, embora tenhamos muito peso nos grandes centros urbanos”, ressaltou Pereira. As eleições deste ano representam uma grande oportunidade de o partido avançar nos pequenos e médios municípios, sem descuidar de manter e até ampliar sua hegemonia nos grandes centros.

“Os objetivos estratégicos do PT vão além do marco eleitoral. Queremos transformar o país e, para isso, é necessário derrotar o projeto neoliberal que, em 2002, derrotamos eleitoralmente, mas ainda temos que derrotar politicamente.”

A direção nacional pondera, no entanto, que o resultado dessas eleições será decisivo para possibilitar uma vitória na disputa eleitoral de 2006. “Não podemos nos iludir. Neste ano, vamos disputar a eleição com um pé em 2004 e outro em 2006”, diz Pereira.

Como parte fundamental da estratégia, portanto, a orientação é que cada candidato, cada coordenador de campanha e cada cabo eleitoral esteja preparado para responder sobre os aspectos positivos — e também negativos — do governo federal, bem como para apresentar as propostas petistas para os municípios, de forma que dialoguem com as realizações do governo federal.

PT quer novo bloco político-social

Em entrevista ao **PT Notícias**, o secretário nacional de Organização do PT, Sílvio Pereira, comenta as principais estratégias e orientações do partido. Veja abaixo os principais temas abordados

Nova correlação de forças

Para implantar um novo projeto de país, é necessário que o PT trabalhe para construir, nos municípios, um novo bloco político-social que substitua o bloco que até então governou o país. Um bloco que nos permita partir de um projeto local, mas que guarde uma articulação com o plano nacional. A concepção desse amplo bloco deve incorporar movimentos populares tradicionais e outros segmentos, como setores empresariais, setores da classe média.

Crítérios para alianças

Onde o PT tiver candidaturas experientes, com visibilidade eleitoral e condições políticas, vamos reivindicar cabeça de chapa e buscar aliados para compor nossa chapa. Mas, naqueles municípios onde não houver condições objetivas de vitória eleitoral, o partido pode e deve constituir aliança. O PT só poderá se aliar a partidos e candidatos que cumpram os seguintes critérios: 1) Apoiar o governo Lula — exceções só ocorrerão se a seção local do partido estiver em apoio ao governo Lula e, portanto, em oposi-

ção à cúpula desse partido; 2) Ter conduta ética ilibada; 3) Ter um programa eficiente para o município.

Dinâmica municipal

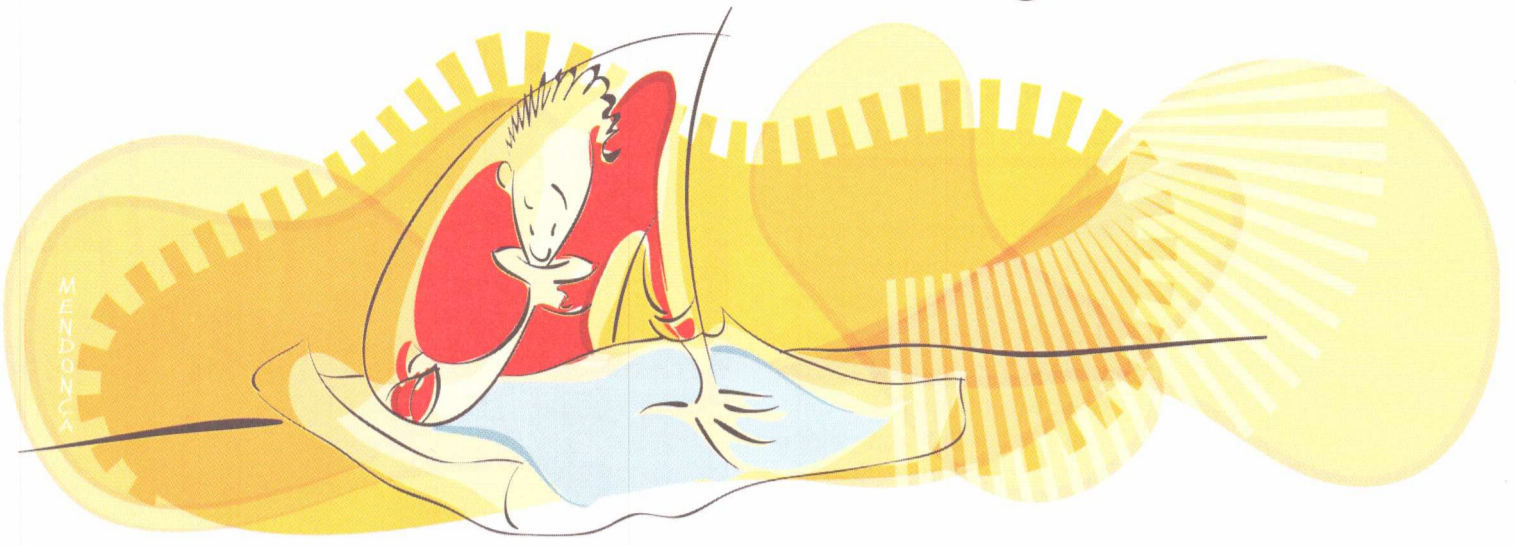
A disputa municipal não pode ser focada apenas nos interesses políticos locais, por mais legítimos que sejam. Ela tem necessariamente que guardar uma relação com o caráter nacional do PT.

Situação nas capitais

Dos 90 maiores municípios do país — com mais de 150 mil habitantes —, o PT está lançando candidatura própria para prefeitos em 80, o que representa mais de 90% (veja quadro ao lado). Os diretórios municipais devem fazer uma análise concreta e dura para checar se cada um desses candidatos tem realmente chances de viabilizar sua vitória. Nos municípios onde não houver condição de vitória para a candidatura majoritária, devemos lançar nossa principal liderança municipal a vereador.

A função da direção nacional

A direção nacional fará todos os esforços no sentido de ampliar, dentro do arco permitido pela resolução do DN, o leque das alianças no plano municipal, a partir das capitais. É preciso discutir com o partido, ainda há tempo. Pretendemos convencer aquelas ci-



UF	MUNICÍPIO	Nº ELEIT.	CANDIDATO	CARGO ATUAL
AC	RIO BRANCO	175.346	RAIMUNDO ANGELIM	SEC. ESTADUAL
AL	MACEIÓ	416.017	PAULÃO	DEPUTADO ESTADUAL
AM	MANAUS	844.789	CANDIDATURA PRÓPRIA (SINEZIO) OU COLIGAÇÃO COM PPS/PL/PSB/PCDOB/PMDB	
AP	MACAPÁ	174.593	JOÃO HENRIQUE	PREFEITO
BA	FEIRA DE SANTANA	295.307	ZÉ NETO	DEPUTADO ESTADUAL
BA	SALVADOR	1.508.170	NELSON PELEGRINO	DEPUTADO FEDERAL
BA	VIT. DA CONQUISTA	163.941	ZÉ RAIMUNDO	PREFEITO
CE	FORTALEZA	1.262.204	LUIZIANE LINS	DEPUTADO ESTADUAL
ES	CARIACICA	185.347	HELDER SALOMÃO	DEPUTADO ESTADUAL
ES	SERRA	194.762	CANDIDATURA PRÓPRIA BRICE BRAGATO OU COLIGAÇÃO COM O PDT	DEPUTADA ESTADUAL
ES	VILA VELHA	233.231	CANDIDATURA PRÓPRIA (MAGNO PIRES, ANA RITA, PAULO COUTINHO, RICARDO VEZEZA) OU APOIO AO PDT	
ES	VITÓRIA	223.572	JOÃO COSER	PRESIDENTE PT/ES
GO	ANAPOLIS	188.467	RUBENS OTONI	DEPUTADO ESTADUAL
GO	A. DE GOIANIA	181.114	MARILDO CARDOSO OU VALDIR BASTOS	VEREADORES
GO	GOIANIA	762.093	PEDRO WILSON	PREFEITO
MA	SÃO LUIS	546.213	HELENA HELUY	DEPUTADA ESTADUAL
MG	BELO HORIZONTE	1.646.041	FERNANDO PIMENTEL	PREFEITO
MG	BETIM	178.120	MARIA DO CARMO LARA	DEPUTADO FEDERAL
MG	CONTAGEM	368.705	MARILIA CAMPOS	DEPUTADA ESTADUAL
MG	GOV. VALADARES	171.027	JOÃO DOMINGOS FASSARELA	PREFEITO
MG	JUIZ DE FORA	329.757	CANDIDATURA PRÓPRIA (PAULO DELGADO, BIEL ROCHA, MARGARIDA SALOMÃO, MARTVS DAS CHAGAS, FLÁVIO CHEKER) OU APOIO AO PMDB	
MG	MONTES CLAROS	191.954	SUED	VEREADOR
MG	UBERABA	188.255	CANDIDATURA PRÓPRIA OU APOIO AO PL (ANDERSON ADAUTO)	DEPUTADO FEDERAL
MG	UBERLÂNDIA	334.454	GILMAR MACHADO	DEPUTADO FEDERAL
MS	CAMPO GRANDE	445.346	VANDER LOUBET	DEPUTADO FEDERAL
MT	CUJUBA	341.257	ALEXANDRE CESAR	S.DES.CENTRO-OESTE
PA	ANANINDEUA	172.718	LUIZ FREITAS	
PA	BELEM	848.052	ANA JULIA	SENADORA
PA	SANTARÉM	159.503	PEDRO PELOSO) OU CANDIDATURA PRÓPRIA (MÁRIA DO CARMO OU APOIO AO PMDB	
PB	CAMPINA GRANDE	239.849	COZETE BARBOSA	PREFEITA
PB	JOÃO PESSOA	376.822	AVENZOAR ARRUDA	DEL. REG. TRABALHO
PE	CARUARU	153.997	JOÃO LIRA	EX-PREFEITO (PSB)
PE	JABOATÃO	334.794	PAULO RUBEM SANTIAGO	DEPUTADO FEDERAL
PE	OLINDA	265.800	APOIO AO PCDOB (LUCIANA SANTOS)	PREFEITA
PE	PAULISTA	159.644	SERGIO LEITE	DEPUTADO ESTADUAL
PE	RECIFE	982.511	JOÃO PAULO	PREFEITO
PI	TERESINA	430.830	FLORA IZABEL	DEPUTADA ESTADUAL
PR	CASCÁVEL	169.405	CANDIDATURA PRÓPRIA (NESTOR DALMINA) OU APOIO AO PDT	VEREADOR
PR	CURITIBA	1.146.460	ANGELO VANHONI	DEPUTADO ESTADUAL
PR	FOZ DO IGUAÇU	169.931	DITON VITORASSI	VEREADOR
PR	LONDRINA	315.555	NEDSON LUIZ MICHELETTI	PREFEITO
PR	MARINGÁ	208.199	JOÃO IVO	PREFEITO
PR	PONTA GROSSA	189.269	PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO	PREFEITO
RJ	BELFORD ROXO	248.385	CANDIDATURA PRÓPRIA OU APOIO AO PMDB	
RJ	CAMPOS	283.864	MACKOU MOSSALEN	
RJ	DUQUE DE CAXIAS	506.886	APOIO AO PSB (ALEXANDRE CARDOSO)	DEPUTADO FEDERAL
RJ	NITERÓI	382.994	GODOFREDO PINTO	PREFEITO
RJ	NOVA IGUAÇU	453.494	LINDBERG FARIAS	DEPUTADO FEDERAL
RJ	PETROPOLIS	207.877	PAULO MUSTRANGI	VEREADOR
RJ	RIO DE JANEIRO	4.327.481	JORGE BITTAR	DEPUTADO FEDERAL
RJ	SÃO GONÇALO	561.405	CAND. PRÓPRIA OU APOIO AO PMDB OU PTB	
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	320.350	JORGE FLORENCIA	EX-VEREADOR
RJ	VOLTA REDONDA	187.626	CIDA DIOGO	DEPUTADA ESTADUAL
RN	NATAL	446.841	FÁTIMA BEZERRA	DEPUTADO FEDERAL
RO	PORTO VELHO	210.986	ROBERTO SOBRINHO	DEPUTADO FEDERAL
RR	BOA VISTA	131.665	APOIO AO PSB OU PPS	PRESIDENTE DM
RS	CANOAS	210.646	MARCO MAIA	PRES.TRENSURB
RS	CAXIAS DO SUL	248.366	MARISA FORMULO	VICE-PREFEITA
RS	NOVO HAMBURGO	154.641	TARCÍSIO ZIMERMANN	DEPUTADO FEDERAL
RS	PELOTAS	226.295	FERNANDO MARRONI	PREFEITO
RS	PORTO ALEGRE	992.387	RAUL PONT	DEPUTADO ESTADUAL
RS	SANTA MARIA	171.402	ANTONIO VALDECI DE OLIVEIRA	PREFEITO
SC	BLUMENAU	184.132	EDSON ADRIANO	SEC.MUN.DE SAÚDE
SC	FLORIANÓPOLIS	256.004	AFRÂNIO BOPRE	DEPUTADO ESTADUAL
SC	JOINVILLE	290.439	CARLITO MERSS	DEPUTADO FEDERAL
SE	ARACAJU	311.540	MARCELO DEDA	PREFEITO
SP	BARUERI	164.421	BALTÁZAR ROSA	
SP	BAURU	207.934	CANDIDATURA PRÓPRIA OU APOIO AO PDT	
SP	CAMPINAS	656.596	LUCIANO ZICA	DEPUTADO FEDERAL
SP	CARAPICUIBA	216.989	SERGIO RIBEIRO	PRESIDENTE DM
SP	DIADEMA	250.960	JOSE DE FILLIPI JÚNIOR	PREFEITO
SP	FRANCA	182.490	CASSIANO PIMENTEL	VICE-PREFEITO
SP	GUARULHAS	176.038	TEREZINHA CICCONI	MEMBRO DM
SP	GUARULHOS	592.740	ELÓI PIETÁ	PREFEITO
SP	JUNDIAÍ	231.793	PEDRO BIGARDI	
SP	LIMEIRA	164.548	WILSON NUNES CERQUEIRA	PRESIDENTE DM
SP	MAUÁ	236.980	MARCIO CHAVES PIRES	VICE PREFEITO
SP	MOGI DAS CRUZES	216.213	IDUIGUES MARTINS	SINDICALISTA
SP	OSASCO	453.152	EMÍDIO DE SOUZA	DEPUTADO ESTADUAL
SP	PIRACICABA	218.504	JOSÉ MACHADO	PREFEITO
SP	RIBEIRÃO PRETO	345.079	GILBERTO MAGGIONE	PREFEITO
SP	SANTO ANDRÉ	500.320	JOÃO AVAMILENO	PREFEITO
SP	SANTOS	335.023	TELMA DE SOUZA	DEPUTADA FEDERAL
SP	S.B.DO CAMPO	472.848	VICENTINHO	DEPUTADO FEDERAL
SP	S.J.DO RIO PRETO	243.186	APOIO AO PPS	
SP	S.J.DOS CAMPOS	353.716	CARLINHOS DE ALMEIDA	DEPUTADO ESTADUAL
SP	SÃO PAULO	7.531.597	MARTA SUPLYCIO	PREFEITA
SP	SÃO VICENTE	199.147	BRITO COELHO	EX-VEREADOR
SP	SOROCABA	324.289	GABRIEL BITENCOURT	VEREADOR
SP	TAUBATÉ	161.095	APOIO AO PMDB	
TO	PALMAS	101.323	RAUL FILHO	EX-DEPESTADUAL

dades em que não há possibilidade de vitória — e onde diagnosticamos junto com os dirigentes locais que há aliados possíveis — a reverterem suas decisões. O Diretório Nacional não pretende, salvo alguma situação de risco nacional, decretar intervenções. A aliança tem que ser construída a partir do município.

Desempenho do governo

O desempenho do governo federal terá, evidentemente, uma forte influência no resultado das eleições, particularmente no que se refere à

situação econômica do país. Nós acreditamos que a avaliação da população será positiva porque a política econômica desenvolvida pelo governo Lula é uma política consistente, passou pelos principais desafios no primeiro ano, conseguiu manter o controle da inflação, fazer o ajuste fiscal e reduzir o risco-país, construindo as bases para o crescimento sustentável. Agora o governo está investindo em setores estratégicos que permitirão o crescimento e a geração de emprego e renda, como a indústria, a construção civil, o setor energético, a ha-

bitação e o saneamento. Todos os agentes econômicos fazem previsões que apontam para um crescimento de 3% a 4% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano.

Metas para a eleição

Nossa meta é manter e ampliar nossa presença nos grandes centros urbanos e, ao mesmo tempo, crescer também nos chamados pequenos e médios municípios. Podemos desenhar, com base em análise, a possibilidade de dobrarmos o número de prefeitos e vereadores. Isso é factível.

DN lança Comitê de Empresários

A reunião do Diretório Nacional do PT, que ocorrerá no dia 17 de abril, formalizará a criação do Comitê Nacional de Empresários do PT. O objetivo é irradiar comitês pelos quase mais de 5.000 municípios onde o PT está organizado, aglutinando cerca de 20 mil micro e pequenos empresários em apoio às candidaturas petistas.

Conforme explica o empresário paulista José Carlos Almeida, que coordena a formação dos comitês no GTE nacional, o apoio de empresários conhecidos a candidatos do PT nas cidades têm um impacto muito positivo sobre o eleitorado. De acordo com ele, até o dia da reunião do DN, o GTE já deverá ter instalado comitês similares em todos os Estados.

Cerca de 400 empresários, lideranças empresariais, políticas e sindicais estão convidados para o lançamento do comitê. Será formado um Conselho Nacional com cerca de 50 empresários de cada Estado.

“A transparência e ética nas Câmaras e a dinamização da economia local são marcas petistas que interessam aos empresários”, disse Almeida, ressaltando a queda no preconceito contra o PT.

Os comitês continuam atuando após a eleição, com acompanhamento da aplicação de programa de governo e proposição de políticas públicas ao Legislativo e Executivo municipais. “Assim mantemos esta força ativa para outras eleições”, disse Almeida.

Por outro lado, Almeida explica que cada vez menos os petistas têm resistência à atuação dos empresários na vida partidária. Segundo ele, havia uma confusão entre empresário e patrão por parte de sindicalistas petistas. Ele lembrou o exemplo de metalúrgicos que, após demissão da indústria, acabam se tornando pequenos empreendedores.

“A figura do empresário militante, que acredita no projeto petista e não em levar vantagem, já é forte no partido”, explicou. Ele citou o exemplo do presidente do moinho Pacífico, Laurence Pih, que apóia o PT, mesmo não precisando fornecer para a administração pública, já que sua produção de cereais é largamente exportada.

SECRETARIAS

SNAI

Fórum define estratégias

EM REUNIÃO, VEREADORES DECIDIRAM AGILIZAR INFORMAÇÕES ENTRE AS ESFERAS DO PARTIDO, COM DESTAQUE ÀS AÇÕES DO GOVERNO LULA

Como preparação para as eleições municipais de outubro, o PT irá incentivar a agilidade da comunicação entre candidatos, filiados e instâncias partidárias, destacando as ações do governo Lula. Esta foi uma das resoluções do Fórum Nacional de Vereadores do PT, segundo informou o secretário-adjunto da Secretaria de Assuntos Institucionais do PT (Snai), Gleber Naime.

O fórum, realizado no dia 2 de abril, em Brasília, contou com a presença de vereadores representantes de 21 Estados, divididos em quatro grupos coordenados por consultores do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE), da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Florestan Fernandes.

“O objetivo da reunião foi

pensar a formatação e o conteúdo da campanha de vereadores nas eleições deste ano, além de discutir a necessidade de estratégia e de um calendário comum a todos”, afirmou Gleber. Segundo ele, o representante petista no legislativo é um fator de capilarização que deve ser estimulado. “Queremos eleger vereadores em todos os municípios em que estamos organizados”, afirmou.

O fórum decidiu que cada um dos GTEs estaduais deve indicar um coordenador nas eleições 2004, com o intuito de preparar uma rede de informações. Segundo Gleber, o encontro reiterou a confiança no governo Lula, mas ressaltou a importância do trabalho da militância.



O Fórum Nacional de Vereadores do PT se reuniu em Brasília para discutir as eleições

CULTURA

PT prepara diretrizes para municípios

A Secretaria Nacional de Cultura do PT está preparando um caderno com orientações para embasar os programas de governo, na área cultural, a serem desenvolvidos pelas coordenações municipais das campanhas. A partir da distribuição deste documento, os diretórios do partido em todo o país estão orientados a organizar atividades que reúnam artistas, militantes, produtores e gestores culturais para discutir as diretrizes de acordo com a realidade local. Os cadernos devem ser distribuídos pelo Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) a partir do final de abril.

O secretário nacional de Cultura, Gleber Piva, participa desde o ano passado de conferências específicas para

levantar as linhas gerais e marcas do modo petista de gerir este setor. De acordo com o dirigente do PT, os programas de governo não abrem mão de uma gestão democrática e participativa com criação de conselhos municipais de cultura paritários. “A transversalidade das políticas públicas para a cultura é outra marca petista importante para a superação da mera gestão de projetos culturais de outras administrações”, diz Gleber.

Uma novidade das prefeituras do PT é o estímulo à economia solidária na cultura, com a formação de cooperativas e associações de artistas. Gleber cita um estudo da Unesco segundo o qual, para cada R\$ 1 milhão investido em cultura, são gerados 160 em-

pregos — na indústria, essa proporção cai para quatro empregos. “Outra meta importante é a garantia à acessibilidade aos bens culturais”, diz Gleber.

O caderno a ser lançado deverá conter ainda relatos de experiências em gestão cultural. Gleber destacou projetos de prefeituras administradas pelo PT, como Ribeirão Pires (SP), em projetos de economia solidária; Diadema (SP), com o trabalho de formação cultural da população; Porto Alegre (RS) e Icapuí (CE), na promoção da acessibilidade cultural; e os Centros de Educação Unificados (CEUs) de São Paulo (SP), com a transversalidade das manifestações culturais, com a educação, o lazer e a saúde.

INTERNACIONAL

Lula é referência à esquerda salvadorenha



Campanha da FMLN, derrotada na eleição deste ano

O deputado Zico Bronzeado (PT-AC) diz que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se uma referência para o povo salvadorenho depois de suas viagens pelo mundo e os programas brasileiros que divulgou. As afirmações foram feitas depois de o deputado voltar de missão àquele país, no último dia 27, para acompanhar as eleições, cujo resultado foi a vitória da direita, representada por Antonio Saca (Arena).

Segundo o deputado, um dos motivos para a derrota da esquerda, representada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), na figura de Schafik Handal, foi o elemento “terror” usado por representantes da direita.

De acordo com relatório da viagem, elaborado por Bronzeado e pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que também viajou ao país para acompanhar a eleição, o medo da retaliação política e econômica foi um fator determinante para que todas as pesquisas fossem contrariadas e a direita acabasse por vencer as eleições.

“O medo da retaliação política e econômica americana em caso de vitória da FMLN, que em tese levaria a um apro-

fundamento da pobreza, foi, portanto, um fator determinante para que todas as pesquisas fossem contrariadas e a Arena acabasse por vencer as eleições”, ressalta o relatório.

Segundo os deputados, não houve veiculação gratuita da propaganda eleitoral; o domínio foi quase absoluto dos meios de comunicação pelas forças da Arena.

No entanto, o que destaca o deputado foi o movimento de “terror”, que fora usado, “tanto no plano psicológico como sob a forma de ameaças de morte, de bombas, notas apócrifas, escutas telefônicas e outros meios de intimidação”.

Ainda segundo o relatório, o resultado de 59% para a Arena, contra 32% para a FMLN, retratou esta ambiência político-eleitoral, em um pequeno país centro-americano.

“O Brasil, como país democrático, que vive um esforço por todos reconhecidos para aprimorar suas regras de convivência, pode ajudar o continente americano nesta quadra de afirmação da sua identidade”, destacou o relatório. Bronzeado pretende sugerir que o presidente Lula inclua em sua agenda uma visita ao país.

FOME ZERO

Conferência é marco para segurança alimentar

A 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Josué de Castro e Herbert de Souza, que reuniu mil delegados, além de outros 300 participantes, do dia 17 a 20 de março, em Olinda (PE), reafirmou a garantia do direito humano à alimentação. De acordo com a secretária extraordinária do PT para Acompanhamento do Fome Zero, Marlene Rocha, os participantes consideraram a conferência “marco histórico na construção da política de segurança alimentar no Brasil”.

Segundo carta aprovada



Conferência Nacional de Segurança Alimentar

na conferência, foram aprovadas 48 propostas que serão entregues ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para orientar as ações no

combate à fome.

Sobre segurança alimentar, propôs-se a instalação de restaurantes populares nas regiões metropolitanas e

ações de distribuição de alimentos para populações em risco; no item renda e cidadania, foi proposta a inclusão de 901 mil famílias no programa Bolsa Família; em assistência social, sugeriu-se implantar o Sistema Único de Assistência Social, entre outras ações.

“A 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional reafirma o direito do povo brasileiro de produzir e consumir seus próprios alimentos, segundo o princípio da soberania alimentar, de forma a livrar-se da fome, miséria e da injustiça social”, conclui a carta.

JUVENTUDE

Partido quer consolidar unidade de ação dos jovens

A campanha eleitoral deste ano vai permitir à juventude do PT consolidar sua unidade. A avaliação é do secretário nacional do setorial, Humberto de Jesus, após a realização do Coletivo Nacional, em 20 e 21 de março, em São Paulo. O encontro teve a participação do presidente nacional do PT, José Genoino, que desafiou a militância a sair coesa das eleições.

Segundo Humberto, há disposição e compromisso de todas as forças que compõem a Secretaria Nacional de Juventude em elaborar uma

agenda com atividades de mobilização em todo o país. “Precisamos construir unidade de ação para a nossa atuação na disputa eleitoral, na militância, na mobilização, com as nossas candidaturas a vereador e a prefeito, com todo o entusiasmo que é característico do nosso setorial”, afirmou o secretário de Juventude do PT.

A reunião também reafirmou a determinação da secretaria de continuar trabalhando junto com o Instituto Cidadania, que elabora o Projeto Juventude, um diagnóstico e

uma série de propostas de políticas públicas para o setor, que serão apresentadas ao governo Lula. A elaboração do documento está sendo coordenada pelo vice-presidente do Instituto Cidadania, Paulo Vannuchi.

A questão das políticas públicas também foi tema da reunião entre as direções das juventudes do PT e do PCdoB, em 24 de março, realizada no escritório do Diretório Nacional, em Brasília. Entre as deliberações está a formação de um grupo de trabalho dos dois partidos e de um fórum per-

manente de discussão e mobilização das juventudes partidárias da base aliada do governo Lula.

Serão promovidas atividades para debater com outros partidos aliados, na perspectiva de se avançar na consolidação de políticas públicas. O presidente da Juventude do PT avalia que o debate visa, a partir da discussão das divergências, chegar a linhas gerais comuns. “Queremos construir uma agenda de atuação desta nova geração de lideranças juvenis”, disse Humberto de Jesus.

FORMAÇÃO

PT ministra curso aos candidatos

O PT, por meio de sua Secretaria Nacional de Formação Política, vai oferecer um curso especial para todos os candidatos a vereador e vereadora que concorrerem às vagas nas câmaras municipais pelo país. O partido participa com candidatos na quase totalidade dos municípios brasileiros.

O curso terá duração de oito horas. Um vídeo didático, um caderno de formação e um caderno para formador serão produzidos para ministrar o curso. Vários diretórios estaduais já se prepararam para os cursos, e, em outros, o curso já começou.

De acordo com o secretário nacional de Formação Política, Joaquim Soriano, o Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) nacional pretende que cada candidato participe de um curso organizado pelas secretarias estaduais de formação, em cada uma das macrorregiões de cada Estado.

“Na maior parte dos municípios, há candidatos que não tiveram a oportunidade de conhecer melhor a história do PT nem de se preparar para a difícil tarefa de disputar, em nome do PT, uma vaga na câmara municipal”, ressaltou Soriano.

O secretário de Formação Política informou também que será realizada uma reunião dos secretários estaduais de Formação para coordenar esta atividade nacional, cuja data ainda será agendada.

A reunião irá ocorrer na sede nacional do PT, em São Paulo.

SECRETARIAS

SINDICAL

Proposta consensual é avanço

PARA JOÃO FELICIO, TEXTO DA REFORMA É IMPORTANTE TRANSIÇÃO DE UMA ESTRUTURA ULTRAPASSADA

A proposta de reforma sindical entregue pelo Fórum Nacional do Trabalho ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início de abril, representa um avanço em relação ao cenário atual do sindicalismo. A avaliação é do secretário Sindical Nacional do PT, João Felício. O fórum elaborou um texto de consenso para a reforma que vai mudar o perfil dos 18 mil sindicatos existentes no país.

De acordo com Felício, a proposta ainda não alcança a plena liberdade e autonomia sindical da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas é uma transição importante de uma estrutura ultrapassada. “Quem quer manter as coisas como estão não quer fazer um trabalho combativo”, analisou.

A mudança no financiamento dos sindicatos — a contribuição deixa de ser obrigatória — é um dos principais pontos da proposta de reforma, mas ainda enfrenta resistência por parte de “sindicatos pelegos”, conforme afirma Felício. “O sindicalismo acomodado e fraudulento não quer ter de atrair sócios a par-

O QUE MUDA COM A REFORMA SINDICAL

Fim do Imposto Sindical

Os trabalhadores vão contribuir voluntariamente às suas entidades, bem como decidir livremente quais as formas de sustentação financeira dos seus sindicatos. Isso obrigará as direções sindicais a valorizarem os seus sócios e a promoverem maior unidade de ação junto à categoria.

Reconhecimento das centrais e confederações

O reconhecimento legal das centrais permitirá a negociação coletiva de salários. Os sindicatos continuarão participando do processo de negociação, elaborando com os trabalhadores as pautas de reivindicações, indicando representantes para as negociações setoriais e mobilizando os trabalhadores durante o processo, coordenando as assembleias na base para aprovação ou não dos acordos.

Fim da Unidade Sindical

Para representar com exclusividade um ramo de atividade, o sindicato precisará ter a aprovação de assembleia. Assim, os sindicatos passam a ter um mínimo obrigatório de associados para existir. Caso não consiga mobilizar associados, é permitida a formação de outro sindicato naquele ramo de trabalho. Isto deve coibir a prática de diretorias de sindicatos que instituem, através de estatutos supostamente “livres e democráticos”, mandatos de cinco anos e regras eleitorais autoritárias, que dão ampla e irrestrita margem a fraudes.

Fim do imposto sindical

A proposta substitui o imposto sindical obrigatório pela contribuição negocial. Caberá às assembleias dos trabalhado-

res estabelecer o valor da taxa para que todos aqueles que usufruírem dos benefícios sindicais — reajustes salariais, participação nos lucros e resultados — possam contribuir com a sustentação financeira do sindicato.

Organização por local de trabalho

A Criação do Comitê Sindical de Empresa, eleito pelas bases nos locais de trabalho, com estabilidade para seus membros, permitirá um elo entre o sindicato e os trabalhadores. A organização garantirá estabilidade ao trabalhador representante do sindicato. Hoje o sindicato tem que atuar fora da empresa e seus representantes hostilizados pelo empregador. A instituição de comitês sindicais em todas as empresas e nos diferentes setores e ramos da economia nacional contribuirá para fortalecer a luta classista.

Sindicato por ramo de atividade

A representação sindical deixa de ser por categoria ou ofício e passa a ser por ramo de atividade econômica, o que tende a propiciar fusões e unificações de bases, ampliando a unidade classista. A ampliação da representação aos ramos permite que todos os trabalhadores de uma mesma empresa, inclusive os terceirizados, possam ser sócios de um só sindicato.

Negociação Coletiva obrigatória

A medida beneficiará especialmente o funcionalismo público, que até hoje não tem garantia de negociação coletiva. A proposta de organização deste setor (assim como dos trabalhadores rurais, portuários e marítimos) ficou para ser definida num prazo de 120 dias. No setor privado, muitos empregadores preferem negociar na Justiça, o que torna o processo moroso.

tir de um trabalho de credibilidade na categoria. Com o fim da contribuição compulsória, muitos desses sindicatos podem fechar”, destaca. Entre os avanços está o fim da unidade sindical, a transferência da decisão sobre o valor da contribuição para a assembleia de trabalhadores e a in-

clusão do reconhecimento legal das centrais sindicais. “Hoje, parte do imposto de sindicatos vai para confederações que nem sequer defendem interesses da categoria”, ressalta. Com a reforma, o trabalhador passa a ser vinculado apenas ao sindicato ou central que lhe interesse.



Secretário Sindical Nacional do PT, João Felício

Contribuição negocial pode chegar ao máximo de 13%

A proposta de reforma sindical elaborada pelo Fórum Nacional do Trabalho define uma contribuição negocial de até 13%. João Felício contesta as críticas veiculadas na mídia sobre esse ponto da reforma. Embora a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o governo federal tenham defendido alíquota de 6% — outras propostas chegaram a até 20% —, Felício argumenta que o percentual de 13% representa o teto de cobrança, mas a categoria pode estabelecer uma alíquota menor. Opositores ao projeto também afirmam que a lei pretende acabar com contribuições que

já não são mais cobradas. “Quem não cobra mais são justamente os sindicatos da CUT. Mas há muitos que cobram tudo que podem”, disse.

A proposta consensual acaba com toda contribuição sindical obrigatória, como o imposto sindical cobrado dos trabalhadores, anualmente, correspondente a um dia de trabalho, seja o trabalhador sindicalizado ou não. Em substituição, a proposição cria a contribuição negocial, que também deve ser paga todos os anos. Mas, para ser cobrada, terá que ser negociada em acordo coletivo e aprovada em assembleia.

MOVIMENTOS POPULARES

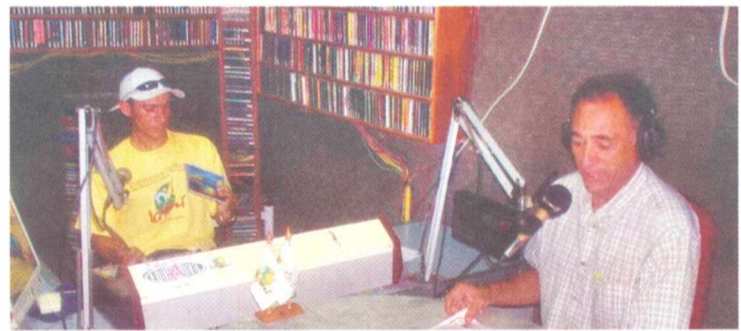
Trabalho do setorial de rádios comunitárias do PT é destaque

O trabalho que vêm sendo feito pelo setorial de comunicação comunitária do PT já destaca resultados importantes, um deles reconhecido como agente divulgador de informações do programa Fome Zero no Piauí.

Segundo Ricardo Campolim, membro da Comissão Nacional Provisória do setorial, uma das rádios comunitárias foi implantada no Piauí em par-

ceria com o Conselho de Segurança Alimentar (Consea), no intuito de levar informações a respeito de educação e segurança alimentar às comunidades de municípios carentes.

“O trabalho das rádios é importante porque é uma maneira de fomentar a implantação de ações estruturais no combate à fome”, ressaltou Campolim. O coordenador destacou que o Ministério das



Rádio comunitária de Icapuí, cidade administrada pelo PT

Comunicações vem liberando o trabalho das rádios comunitárias.

Campolim ressaltou, tam-

bém, que o trabalho das rádios comunitárias foi destaque durante cobertura realizada no último Fórum Mundial de Educação, ocorrido no início deste mês. Segundo o coordenador, o setorial de rádios comunitárias vem trabalhando para implementar novas ações, embora ainda incipientes, no intuito de colocar o trabalho das rádios comunitárias na cobertura de outros eventos.

MULHERES

Governo estimula debate sobre políticas de igualdade de gêneros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu 2004 como o Ano da Mulher. Como parte das comemorações, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República irá promover, em julho, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que irá elaborar as diretrizes de um plano nacional de políticas voltadas ao gênero. Municípios e Estados de todo o país já têm promovido plenárias desde o início do ano para debater os eixos temáticos da Conferência Nacional. Leia a seguir trechos da entrevista concedida pela ministra Nilcéa Freire ao PT Notícias.

O que a instituição de 2004 como o Ano da Mulher no Brasil representa para o movimento de mulheres?

O governo reafirma, com esta medida, o compromisso de desenvolver programas e atividades com o objetivo de construir a necessária igualdade entre mulheres e homens, promover a justiça social e a inclusão da parcela feminina na sociedade. A pro-

grama já começou em todo o país e uma das principais atividades do Ano da Mulher será a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, nos dias 15, 16 e 17 de julho, em Brasília. Com representação de cerca de 2.000 mulheres de todo o Brasil, vamos elaborar as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, um conjunto de políticas públicas que devem respeitar as especificidades das mulheres, definir os papéis das várias esferas governamentais no atendimento às convenções internacionais das quais o Brasil é signatário.

Quais os avanços para as mulheres no Brasil do presidente Lula?

Ainda há um longo caminho a ser percorrido. Ainda há preconceito no mercado de trabalho, violência doméstica, entre outros problemas. Mas este governo trabalha para que conquistas sejam transformadas em políticas públicas que efetivamente mudem o cotidiano das mulheres no nosso país. Uma das prioridades da nossa se-

cretaria é promover a diminuição das desigualdades salariais e melhorar o acesso das mulheres ao mercado formal, por meio de ações em parceria nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Para tanto, incluímos em nosso Plano Plurianual o programa “Igualdade de gênero nas relações de trabalho”, que pretende garantir, por meio de apoio a projetos, a inclusão das mulheres no mundo do trabalho, em condições de igualdade com os homens.

Como funciona o programa contra a violência à mulher, lançado pela secretaria?

O enfrentamento à violência contra a mulher exige ações em diferentes áreas, de forma sistemática e continuada, constituindo uma efetiva rede de articulação de serviços que reúna esforços de diferentes níveis de governo, da sociedade civil organizada e da comunidade em geral. Isso significa construir uma parceria para prevenir, atender e erradicar os mais diversos tipos e formas de violência de gênero. Essa parceria funciona na forma



A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria de Mulheres

de projetos elaborados por Estados e municípios, que trabalham com redes de atendimentos. Por exemplo: a secretaria repassa recursos para a manutenção de Casas Abrigo e Centros de Referência e, ainda, estimula a criação do que chamamos Redes de Cidadania, que são alguns serviços públicos de atendimento direto e indireto às mulheres em situação de violência.

A secretaria está conseguindo a transversalidade de gênero nas ações, conforme proposto?

Essa é uma das nossas prioridades. Um resultado prático disso foi a apresentação no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, ao presidente Lula, das principais ações do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, que envolve nossa secretaria, o Ministério da Saúde, as secretarias municipais e estaduais de saúde e a sociedade civil organizada. O pacto consiste na execução de um conjunto de ações articuladas para qualificação da atenção obstétrica e neona-

tal para, até o fim de 2006, reduzir em 15% os atuais índices de mortalidade materna e neonatal no país.

Considerando que este é um ano eleitoral e que o número de prefeitas e vereadoras é proporcionalmente baixo, como a secretaria pode estimular a candidatura de mulheres nas eleições de 2004?

É importante ficar claro que a secretaria, como órgão público que promove ações institucionais, não apóia candidaturas. Mas realizamos um amplo trabalho de conscientização dos direitos das mulheres em todos os Estados que solicitam nossa presença, e também em câmaras municipais. O objetivo é aumentar o envolvimento da parcela feminina da população nas discussões das políticas públicas. Em 2003, participamos de inúmeros encontros e seminários em quase todos os Estados. As plenárias da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres são uma ótima oportunidade para despertar a consciência política e a cidadania.

MOBILIZAÇÃO

PT discute relação com sociedade

O Diretório Nacional do PT vai realizar nos dias 28, 29 e 30 de maio o seminário “O PT e os Movimentos Sociais”. O objetivo é discutir as mudanças de relacionamento entre o partido e os movimentos a partir do governo Lula. “Vamos também deliberar a elaboração de uma nova agenda de atuação do partido nos diferentes setores”, informou o secretário nacional de Mobilização, Francisco Campos.

A preparação do evento está a cargo de uma comissão de secretarias ligadas aos movimentos sociais.

Dois outros seminários sobre o tema já foram realizados anteriormente. “Há uma demanda muito grande das lideranças dos movimentos. Inicialmente, a ideia era fazer um seminário com a participação massiva dos militantes do PT, mas depois de muitas conversas chegamos à conclusão de que o melhor seria um evento menor”, disse Campos, um dos organizadores do seminário. Ele prevê o comparecimento de aproximadamente 250 pessoas.

O critério para participação no encontro é a indicação de 15 militantes por secretaria com vínculos com os movimentos sociais. A Secretaria Nacional de Mobilização vai indicar 50 pessoas, em razão dos vários setoriais que abriga. “É muito importante que os diretórios regionais e os municipais das capitais e das grandes cidades se preocupem com o seminário, coloquem a questão em sua agenda e enviem seus representantes”, alertou o secretário de Mobilização.

O evento será no Hilton Hotel, em São Paulo. Mais informações pelo telefone (11) 3243-1402.

HOMENAGEM

PT perde a estrela Lélia Abramo

LIDERANÇAS DO PARTIDO E AMIGOS LAMENTAM A MORTE DA ATRIZ, QUE FUNDOU O PT E LIDEROU MOVIMENTOS POLÍTICO-SOCIAIS NO PAÍS

A atriz, escritora e ilustre militante petista Lélia Abramo morreu no dia 10 de abril, aos 93 anos, em consequência de uma embolia pulmonar. Ela estava internada havia uma semana na UTI do Hospital Modelo, no bairro da Liberdade, em São Paulo. Líder de movimentos pela defesa dos trabalhadores, Lélia assinou a ata de fundação do PT no Colégio Sion, em 1980, junto com Mário Pedrosa, Manuel da Conceição, Sérgio Buarque de Holanda, Moacir Gadotti e Apolônio de Carvalho.

Lélia sempre esteve à frente dos mais importantes movimentos político-sociais brasileiros, como as manifestações contra a ditadura militar e a campanha pelas "Diretas Já", entre outras. Suas primeiras ações políticas aconteceram nos anos 30, quando foi demitida de uma fábrica por criticar o governo Getúlio Vargas.

Em 1978, presidiu o sindicato dos artistas em São Paulo e saiu em defesa dos direitos trabalhistas da classe, enfrentando a própria emissora na qual trabalhava, a TV Globo. Foi uma das responsáveis pela regulamentação dessa categoria profissional. Conheceu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1978, de quem tornou-se amiga e parceira de militância.

A atriz tinha seis irmãos, entre eles o jornalista Cláudio Abramo (1923-87) e o artista plástico Lívio Abramo (1903-1992). Lélia era filha de imigrantes italianos. Entre 1938 e 1950, morou na Itália e sofreu as agruras da época da Segunda Guerra Mundial, quando testemunhou dramas coletivos — bombardeios, comida racionada, suspensão da liberdade de ir e vir.

Estreou nos palcos apenas aos 47 anos, na peça "Eles Não Usam Black-Tie" (58), a

primeira montagem de Gianfrancesco Guarnieri. A partir de então, contabilizou 27 novelas, 14 filmes e 20 peças de teatro.

Sua última aparição pública foi no dia 31 de março passado durante o Fórum Mundial de Educação, realizado no auditório do Anhembi, em São Paulo, onde foi homenageada por sua luta contra a ditadura militar.

Repercussão

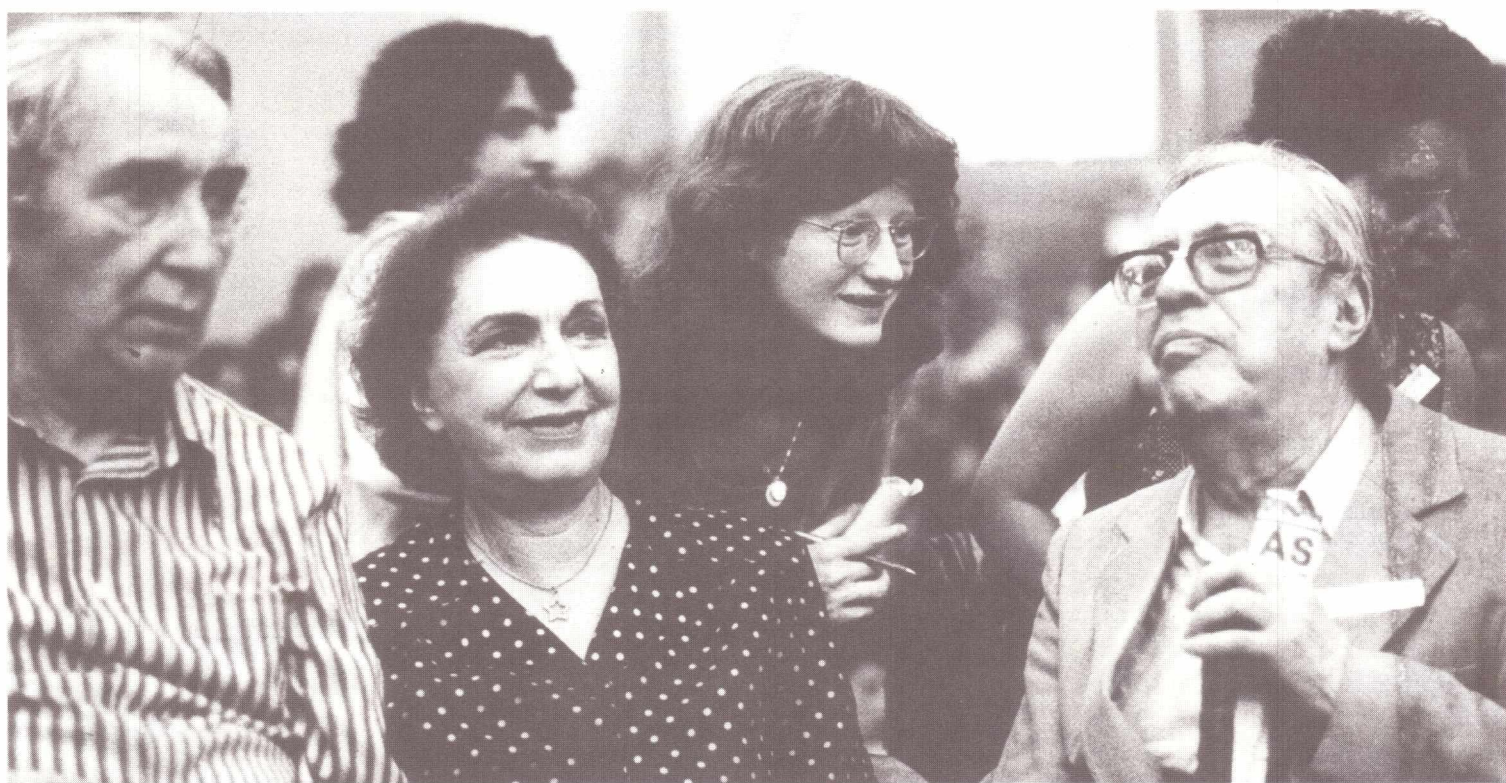
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgou uma nota em que lamentou a morte da atriz e amiga. "A perda da atriz Lélia Abramo entristece a todos os que lutam por um Brasil digno e justo. Lélia teve uma vida exemplar pela altivez e pela coragem com as quais soube enfrentar as vicissitudes do século 20, que ela percorreu quase inteiro", afirmou.

O velório e o enterro de Lélia foram acompanhados por centenas de pessoas, entre intelectuais, artistas, amigos e admiradores.

O presidente nacional do PT, José Genoíno, depositou uma bandeira do PT sobre o caixão da amiga e companheira de luta. "Ela nos deixa um exemplo muito forte e seu maior legado: sua militância política e sua atuação na cultura brasileira", afirmou.

Segundo o secretário nacional de Cultura do PT, Glauber Piva, a morte de Lélia é uma grande perda não apenas para o movimento artístico brasileiro, mas para a luta dos trabalhadores no país. "Lélia trabalhou muito para que a cultura deixasse de ser considerada um tema decorativo para se tornar um dos principais temas de nossa política", destacou.

A vida de Lélia Abramo está autobiografada no livro "Vida e Arte", da Editora Fundação Perseu Abramo.



Lélia Abramo entre Mário Pedrosa e Sérgio Buarque de Holanda na fundação do PT, no Colégio Sion, em 1980

FRASES

"Ela nos deixa um exemplo muito forte e seu maior legado: sua militância política e sua atuação na cultura brasileira."

José Genoíno, presidente nacional do PT

"Lélia Abramo, mulher extraordinária, que admiramos por sua integridade de caráter, enorme talento artístico e engajamento político e social de uma vida. Lélia, você partiu, mas sua luz e determinação por um mundo mais justo permanecem com milhares de trabalhadores, com o partido que você ajudou a construir, e no coração de todos seus amigos."

Marta Suplicy, prefeita de SP

"Sua vida foi uma paixão. Ela foi uma mulher extremamente apaixonada pelo ser humano, que acreditava realmente numa sociedade justa e igualitária, e lutou por isso a vida inteira."

Sérgio Mamberti, ator e secretário da Diversidade e Identidade Cultural do Ministério da Cultura

"Lélia acreditava que a inserção e a inclusão dos brasileiros na cidadania passavam pela cultura e pela educação. Acreditava que a cultura e a educação são os grandes instrumentos de transformação social e de transformação do Brasil em nação."

Tadeu Di Pyetro, ator e produtor cultural



Lélia participa, ao lado de Lula e Marisa, de encontro de mulheres em 2002

Leia nota divulgada pelo partido

"O Partido dos Trabalhadores, por meio da Secretaria Nacional de Cultura, consternado vem a público lamentar o falecimento da companheira Lélia Abramo.

Lélia foi um furacão de vida e generosidade que fez das ruas e praças do Brasil o seu próprio palco. Atriz, escritora, militante política e sindical, fez das lutas de nosso povo o seu próprio script, o seu próprio roteiro.

Líder incansável, fez da

justiça, da democracia e da solidariedade a sua palavra de ordem. Revolucionária, nunca deixou de alertar governos e sociedade sobre a importância da cultura como tema central das políticas públicas.

Petista, assinou a ata de fundação do Partido dos Trabalhadores no Colégio Sion, em 1980, junto com outras destacadas personalidades da esquerda brasileira.

Ao nos deixar, Lélia deixa também saudades e mui-

tas lições. Que a nossa sociedade continue a luta desta grande brasileira. Que o Brasil reafirme, a cada dia, como ela sempre fez, a certeza na democracia, na justiça social e na cultura como instrumentos radicais na construção de um país mais saudável.

Obrigado, Lélia!
Obrigado por sua luta.
Obrigado por sua vida!"
Secretaria Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores

GOVERNO

Após 25 anos, Brasil ganha política industrial

Como parte das ações do governo federal para promover o crescimento sustentável no país, com geração de emprego e renda, foi lançado, no dia 31 de março, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que será adotada no período 2004-2006. Há 25 anos sem a implementação de uma política industrial, o Brasil precisa

não só modernizar e desenvolver sua estrutura produtiva, como abrir um período de estímulo ao processo de inovação na economia brasileira, que irá melhorar a competitividade nacional e internacional das empresas do país.

Entre as principais novidades da política está a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e da

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, que será o órgão executor da PITCE. Esta é uma inovação institucional na esfera governamental que confere ao Estado brasileiro um novo papel a ser desempenhado: o de indutor, articulador e facilitador das políticas industriais. Confira, no quadro abaixo, mais detalhes.



Medidas visam a modernizar a estrutura produtiva e melhorar a competitividade

ENTENDA A NOVA POLÍTICA

O que norteia esta política?

Os dois conceitos que norteiam esta política são: inovação e integração. O primeiro está relacionado ao aumento da produtividade brasileira, não só a partir da inovação tecnológica, mas de processos, gestão e equipamentos, entre outras. Já a integração consiste na reunião das políticas, programas, recursos, competências e informações (conhecimento) acumulados pelo setor público e pela iniciativa privada.

Como ela será estruturada?

A PITCE está dividida em políticas horizontais e verticais, focadas na inovação (em seu conceito mais amplo, citado acima) e no aumento das exportações. As políticas horizontais, voltadas para todos os setores econômicos, visam à modernização e o aumento da competitividade das empresas, com inserção internacional, inovação em pesquisa e tecnologia e aumento da escala produtiva — impacto no conjunto da indústria. Já as políticas verticais estão focadas em quatro áreas, identificadas como es-

tratégicas para a economia brasileira e para uma maior inserção do país no comércio mundial: microeletrônica, software, fármacos e bens de capital.

Quem irá executar a política industrial?

A política industrial será executada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, cuja composição do Conselho de Administração será determinada pela Câmara de Política Econômica. Esta formação ainda não está definida, mas deverá contar com a participação dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Fazenda, Casa Civil, Agricultura e Integração Nacional. E também de representantes do Ibama, da Anvisa, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

Qual a necessidade de se criar uma agência para executar a política industrial?

Por ser um assunto de abrangência ma-

cro, a interface de vários agentes é fundamental para racionalizar e potencializar a execução das políticas industriais. O papel da agência é político-institucional, à medida que coloca as pessoas responsáveis pelas decisões trabalhando juntas. Seu caráter é inovador não só porque visa a modernizar a indústria, mas também porque altera a qualidade da intervenção do Estado brasileiro na questão industrial.

Qual será o papel do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial?

Caberá ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, ligado à Câmara de Política Econômica, definir as diretrizes e as estratégias da política industrial brasileira. Composto por representantes do governo federal, entidades empresariais, de trabalhadores, entre outras, o conselho irá permitir a interface do setor público e privado na elaboração das políticas brasileiras. Ele será presidido pelo titular do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

ALGUNS PROJETOS QUE COMPÕEM A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

Modernaq — Voltado para a modernização de pequenas e médias empresas, o programa será executado pelo BNDES e coordenado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. O programa contará com um fundo de R\$ 2,5 bilhões.

Fábrica de hemoderivados — O projeto será executado pelo Ministério da

Saúde e coordenado pela Anvisa. A fábrica será responsável pela separação dos componentes sanguíneos e será a primeira desta natureza construída no Brasil. Orçada em R\$ 160 milhões, ela será concluída até 2006.

Prosoft (Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos) — O

programa tem como objetivo ampliar significativamente a participação das empresas nacionais no mercado interno, promover o crescimento de suas exportações, inovar o setor de softwares, promover a difusão e a utilização de software nacional por todas as empresas sediadas no país e no exterior, entre outras ações. Ele será executado pelo BNDES e conta com aporte de R\$ 100 milhões.